

# O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas\*

Norma Herminia Kreling\*\*

Socióloga, Técnica da FEE

## Resumo

*O processo de envelhecimento da população brasileira vem ocorrendo intensamente, nos últimos anos, em consequência da dinâmica demográfica, a qual afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), aumentando a proporção de pessoas adultas, com 40 anos ou mais. Tal segmento, em período recente, passou a representar a parcela mais importante do conjunto de trabalhadores, interpondo novos desafios às políticas públicas e sociais. Diante desta nova realidade, este estudo tem como objetivo conhecer e analisar as mudanças que vêm ocorrendo na composição da força de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, ressaltando a importância desse segmento mais maduro no mercado de trabalho. São tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), compreendendo o período 1993-09.*

**Palavras-chave:** envelhecimento; transição; demográfica; mercado de trabalho.

## Abstract

*The aging process of the Brazilian population has been intense over the last years, due to the demographic dynamics, which profoundly affected the age distribution of the labor force, raising the proportion of adults in their 40's or more. In recent years, they came to represent the most important group in the workforce, creating new challenges to the public and social policies. Confronted with this new reality, the objective of this study is to acknowledge and analyze the changes that are actually occurring in the workforce composition in the Metropolitan Area of Porto Alegre, putting in evidence the importance of a more mature segment within the*

---

\* Este estudo integra o projeto de pesquisa de políticas públicas do trabalho: uma discussão sobre sua efetividade e a necessidade de ações específicas, a partir das características do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, o qual contou com apoio do CNPq.  
Artigo recebido em 29 mar. 2010

\*\* E-mail: norma@fee.tche.br

*labor market. The study was based on the data collected by the Employment and Unemployment Research of the Metropolitan Area of Porto Alegre (PED-RMPA), Brazil, for the 1993–2009 period.*

**Key words:** *aging; demographic transition; labor market.*

## 1 Introdução

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno universal, característico tanto dos países desenvolvidos como, de modo crescente, dos não desenvolvidos. Esse processo que vem se manifestando de forma rápida, porém distinta entre os países ricos e pobres, traz grandes desafios para as políticas públicas, tanto em garantir a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social, quanto em assegurar a equidade entre os grupos etários na participação dos recursos e do bem-estar social.

Nos países desenvolvidos, esse processo deu-se de forma gradual, ao longo de mais de um século, acompanhado de um progresso socioeconômico favorável e da consequente melhoria das condições de vida da população, que contou com um amplo sistema de proteção social. No entanto, esses países apresentam, hoje, intensas limitações na sustentabilidade financeira desse mesmo sistema de proteção social em razão da forte elevação do contingente idoso, decorrente das baixas taxas de fecundidade e mortalidade. Alguns países, como a Alemanha e o Japão, já apresentam um crescimento negativo de sua população, havendo, em consequência, um encolhimento da força de trabalho, ampliando a razão de dependência<sup>1</sup>.

Ao contrário, nos países em desenvolvimento, o processo de envelhecimento vem ocorrendo rapidamente, num ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em especial para os idosos. Nesses países, a proteção social em geral sempre foi precária, não atingindo o conjunto da população. No caso do Brasil, o desafio mais imediato ainda é o da inclusão de milhões de trabalhadores que estão na informalidade e que,

portanto, não contribuem para o sistema previdenciário. O aumento crescente do contingente idoso levará, em futuro próximo, caso não sejam tomadas imediatas providências, ao esgotamento desse sistema.

O processo de envelhecimento da população vem ocorrendo intensamente em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — fecundidade e mortalidade —, que determinaram importantes transformações na sua estrutura etária. Essas alterações refletem-se no aumento da participação relativa da população adulta e, em especial, da idosa<sup>2</sup>, em relação aos demais grupos etários, ocorrendo, consequentemente, uma diminuição relativa dos grupos mais jovens.

Tal redistribuição da pirâmide etária da população tem demandado uma reavaliação das estratégias de planejamento por parte do Estado, direcionadas a políticas públicas e sociais no âmbito da sociedade, da família e do emprego. No mercado de trabalho, essa evolução pode afetar profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA). De fato, tem-se observado aumento da proporção de pessoas adultas, com 40 anos ou mais, no mercado de trabalho, elevando este segmento à condição de principal componente da população ativa, chegando a ultrapassar aquele que tradicionalmente sempre ocupou maior espaço na PEA — o de adultos com 25 a 39 anos.

Nesse sentido, Lia Vasconcelos (2006, p. 31), tendo por referência estudo realizado pelo IPEA, já prevê que

Com taxas de natalidade e mortalidade em queda, em 2030 quase a metade da força de trabalho brasileira deverá estar acima dos 45 anos de idade e haverá predomínio das mulheres. Mercado e políticas públicas terão de se adaptar às demandas desse grupo.

As implicações de ordem demográfica, econômica e social do processo de envelhecimento já surtem seus efeitos no Brasil, seja no comportamento dos indivíduos e alteração das estruturas familiares, seja nas mudanças

<sup>1</sup> Cabe ressaltar, ainda, que, em alguns países, o componente migratório vem tendo papel importante no crescimento populacional.

<sup>2</sup> A esse respeito, ver estudos realizados por Kreling (2002; 2008).

da composição da força de trabalho. Essas modificações demandam, novas políticas públicas, tanto na distribuição dos recursos na sociedade, quanto na definição dos segmentos populacionais prioritários para aplicação desses recursos. Nesse sentido, urge reorganizar todas as políticas, mesmo aquelas que surtirão efeitos somente a médio ou longo prazo. Sabe-se, contudo, que o equacionamento dessas questões vem acompanhado da necessidade de um crescimento econômico vigoroso e sustentável ao longo do tempo.

Com o aumento da participação do contingente maduro na PEA, a preocupação centraliza-se nos trabalhadores maiores de 40 anos, pela importância que estes assumem no mercado de trabalho, não só por passarem a representar a maioria dessa população, como também por serem os trabalhadores que detêm a maior experiência no trabalho e a maior responsabilidade no sustento da família. Daí a necessidade de políticas públicas que visem a melhorar a sua atuação e a condição no mercado de trabalho<sup>3</sup>.

Tendo presentes as considerações acima referentes ao processo de envelhecimento da população, este artigo tem como objetivo conhecer e avaliar as mudanças que vêm ocorrendo na composição da força de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre em consequência da transição demográfica. Para compor este estudo, são tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). O estudo procede da análise comparativa de três segmentos populacionais: jovens com idade de 10 a 24 anos, adultos jovens de 25 a 39 anos e adultos maduros com 40 anos ou mais, sendo que, sobre este último, recai o foco da análise. Os dados analisados referem-se às médias anuais do período 1993-09.

O desenvolvimento deste estudo compreende, além desta introdução e das considerações finais, três seções. A primeira faz algumas reflexões quanto à transição demográfica e suas implicações nas políticas públicas. A segunda discorre sobre o envelhecimento e a nova composição da força de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. A terceira dá ênfase à predominância de segmentos mais maduros e a sua importância no mercado de trabalho.

<sup>3</sup> Estudos anteriores sobre o envelhecimento do trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre foram realizados pela autora, conforme Kreling (2001; 2002; 2004; 2005; 2007; 2008).

## 2 A transição demográfica e suas implicações nas políticas públicas: algumas reflexões

O fator populacional é um componente essencial na definição de políticas públicas. A evolução da transição demográfica afeta, de maneira geral, a sociedade, a economia e as políticas sociais que, através das mudanças da estrutura etária, podem sinalizar novas demandas por bens e serviços em geral. Assim, a dinâmica demográfica pode exercer pressões sobre diversas áreas, tais como a necessidade de vagas na escola, a demanda de postos de trabalho, a demanda por leitos hospitalares, os gastos previdenciários, entre outras, e pode, no conjunto, contribuir para o desenvolvimento social e econômico de uma nação, caso as políticas públicas sejam eficazes e adotadas em tempo hábil.

Para a compreensão da evolução da transição demográfica, identificam-se três fases distintas quanto às mudanças da distribuição etária. Na primeira, quando o nível de mortalidade inicia um processo sensível de queda com a fecundidade mantendo-se em alta, o crescimento da população é elevado e a estrutura etária predominantemente jovem. Aqui, é alta a razão de dependência<sup>4</sup> por parte dos jovens, em consequência da diminuição da mortalidade infantil. Na segunda fase, inicia-se um processo de declínio constante da fecundidade, com incrementos populacionais a ritmos decrescentes. Nessa fase, há uma redução da população mais jovem e um aumento expressivo da População em Idade Ativa (PIA)<sup>5</sup>, como reflexo dos níveis de fecundidade do passado. O envelhecimento da população já se faz bastante visível e é, nesta fase, que se vivencia a oportunidade do bônus demográfico<sup>6</sup>, o qual traduz a menor razão de

<sup>4</sup> A razão de dependência vem definida como o quociente entre a população dependente (crianças e idosos) e a População em Idade Ativa. A primeira consome muito, enquanto pouco ou nada produz. Já a segunda produz muito, mais do que consome.

<sup>5</sup> Esta população compreende aquela em idade de produzir. Nos países da OCDE, geralmente, consideram este segmento a partir de 15 anos. No Brasil, as Pesquisas Domiciliares e a PED em particular consideram a partir de 10 anos.

<sup>6</sup> Bônus demográfico é o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso acontece quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor número de idosos e crianças.

dependência. Na terceira e última fase, tanto os níveis de fecundidade quanto os de mortalidade encontram-se baixos, o que torna o crescimento populacional baixo, ou até negativo, diminuindo o peso da População em Idade Ativa face ao envelhecimento significativo da população. Nessa fase, a razão de dependência volta a ser mais alta pelo envelhecimento e, conseqüentemente, há um encolhimento da PEA. Em cada uma dessas fases, visualizam-se diferentes impactos, que requerem a definição de políticas públicas adequadas.

Quanto à transição demográfica, tem-se que, enquanto os países desenvolvidos encontram-se na última fase, a maior parte dos países da América Latina encontra-se na segunda fase. Todavia, o declínio da fecundidade nestes últimos vêm ocorrendo de forma muito mais rápida do que o registrado nos desenvolvidos. No Brasil, a queda da fecundidade teve início em meados da década de 60 e, segundo as projeções da população, deverá prolongar-se até 2025, quando atingirá a mais baixa razão de dependência. Já a terceira fase da transição demográfica, para o Brasil, está prevista para 2040 (Wong; Carvalho, 2006). Comparando-se o tempo decorrido para o declínio da fecundidade, sabe-se que países como a Suécia e a Inglaterra, por exemplo, levaram cerca de seis décadas (aproximadamente de 1870 a 1930) para diminuir em torno de 50% seus níveis de fecundidade, enquanto o Brasil, por sua vez, experimentou um declínio similar em apenas um quarto de século (Wong; Carvalho, 2006).

O rápido declínio da fecundidade implicou uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira, provocando importantes mudanças na distribuição etária. Os dados coletados pela PNAD de 2004 indicam que o Brasil já atingiu uma taxa de fecundidade total de 2,1, o que equivale a níveis de reposição; isso significa que, se essa taxa se mantiver, o ritmo de crescimento da população brasileira será nulo, o que poderá acontecer dentro de aproximadamente 30 anos (Camarano, 2006, p.106). As mudanças na composição da estrutura etária da População em Idade Ativa dão-se através do aumento do tamanho absoluto da população adulta e madura e da diminuição do segmento mais jovem. A queda da proporção de jovens dá-se em ritmo mais acelerado do que o aumento da de idosos, uma vez que a substituição de jovens por idosos vem sendo redistribuída na PIA pelo crescimento da população adulta, como consequência das altas taxas de fecundidade do passado. Neste processo, há um aumento substancial da proporção da PIA, e a razão de dependência torna-se baixa. Tais alterações necessitam, sem dúvida, a definição e a implementação de políticas

públicas direcionadas a cada segmento da estrutura etária, como, por exemplo, as de educação, saúde, mercado de trabalho e seguridade social, através da intermediação do Estado.

Considerando a população madura, a preocupação com políticas públicas é bastante recente, embora já se possam identificar algumas ações nesse campo. Em termos de exemplo, pode-se mencionar a Política Nacional de Saúde do Idoso, criada pelo Ministério da Saúde, como parte integrante da Política Nacional do Idoso, em 1999. Na política de seguridade social, delineada na Constituição de 1988, além dos Regimes de Previdência Social (RGPS e RPPS), tem-se o Regime de Assistência Social, que integra os benefícios da Previdência Rural. No Rio Grande do Sul, por sua vez, em 2005 surgiu o I Fórum Gaúcho de Políticas Públicas para mulheres de 40 a 65 anos, promovido pelo Instituto de Saúde da Mulher e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado. Esse Fórum motivou o Projeto de Lei nº 309/2005, que institui o programa estadual de inserção e permanência da mulher de 40 a 65 anos no mercado de trabalho, no Estado.<sup>7</sup>

A evolução da nova composição etária da PIA, a partir da queda da fecundidade, pode ser visualizada segundo dados e projeções de Rios-Neto (2005), quando expõe que a PIA jovem (15 a 24 anos) apresentou ligeiro declínio da participação na população total entre 1980 e 2000 e deverá diminuir mais intensamente até 2015 e de forma mais atenuada até 2050. A PIA adulta (24 a 44 anos), composta por pessoas cuja fase do ciclo de vida se associa à constituição da família e criação de filhos, apresentou elevação entre 1980 e 2000, aumentando suavemente sua participação até 2010 e declinando um pouco a partir desse período. O fato novo está em que o segmento que mais crescerá entre 2000 e 2020 será o

<sup>7</sup> Nessa mesma direção, pode-se, ainda, citar o caso de São Paulo, que instituiu o programa "começar de novo", executado desde 2000 pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), da Prefeitura Municipal de São Paulo, para o atendimento de uma população de baixa renda, com idade de 40 anos ou mais. No âmbito internacional, em encontros realizados em Viena e Madrid, a promoção do envelhecimento saudável e ativo, preconizada pelos Planos de Ação para o Envelhecimento, tem por objetivo as políticas públicas com vistas à integração social dos idosos, cujas ações vão desde a esfera das relações de trabalho até as relações intergeracionais (Camarano; Pasinato, 2005). Na União Europeia, o envelhecimento em atividade e a participação dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho são considerados ações prioritárias para a consecução dos objetivos de crescimento econômico sustentável e de coesão social, estabelecidos na Estratégia da União Europeia, em 2000 (Parecer... , 2005).



da PIA madura (45 a 64 anos)<sup>8</sup>. A preocupação reside no aumento mais expressivo da participação da PIA madura e idosa, que colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho. Assim, os empregos a serem gerados deverão concentrar-se na população maior de 45 anos. O mesmo autor afirma, ainda, que a participação da PIA sobre a população total brasileira foi mais expressiva entre 1980 e 2000 e deverá apresentar um crescimento menor até 2025.

O aumento do peso relativo e do tamanho absoluto da PIA, graças à baixa dependência do ponto de vista demográfico, pode ser considerado um fator positivo para a economia. Essa condição favorável vem sendo denominada, por muitos autores, de “bônus demográfico” ou de “janela de oportunidades”, que só será aproveitada mediante a intermediação do Estado com políticas adequadas que visem, antes de tudo, ao crescimento econômico e ao conseqüente aumento do nível de emprego, que se tornam imprescindíveis na superação dos desafios gerados pela transição demográfica. No caso brasileiro,

[...] muitas das oportunidades já foram perdidas, porque políticas apropriadas não foram implementadas a tempo. Um exemplo refere-se à baixa qualidade do ensino dado aos jovens brasileiros, pertencentes a coortes relativamente menores, que hoje estão às vésperas de ingressar no mercado de trabalho” (Wong; Carvalho, 2006, p. 22).

Na mesma direção, Paiva e Wajman (2005, p. 312) defendem que

[...] deve-se aproveitar esta oportunidade para implementar políticas que assegurem potencializar os benefícios do dividendo demográfico, não se tratando mais de discutir políticas de controle de natalidade, mas sim de, compreendendo o processo de transição demográfica, definir políticas que possam ajudar o crescimento econômico e melhorar a distribuição de renda.

Neste aspecto, deve-se ter presente que a transição demográfica no Brasil tem repercussões distintas segundo as diversidades regionais e, principalmente, as sociais, através dos diferentes níveis de renda e educação da população. Essas diferenças sociais, por sua vez, levam a desigualdades demográficas, geradas pelo próprio desenvolvimento econômico e social. Assim, a transição pode trazer conseqüências sociais diversas, tanto na redução, na manutenção ou até na reprodução das desigualdades sociais. Ou seja,

[...] a transição demográfica pode, no Brasil, tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia e do bem-estar social da população, quanto ampliar as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira (Brito, 2008, p. 6).

Neste sentido, os segmentos vinculados à extrema pobreza e à carência educacional ainda mostram altos níveis de fecundidade, o que implica diferenças na transição demográfica, ou seja, na reprodução das diferenças sociais. De fato, observa-se uma maior concentração de jovens oriundos de famílias pobres. Segundo o censo de 2000, a população jovem estava concentrada entre os mais pobres: 42% dela pertenciam às famílias com menos de meio salário mínimo de renda familiar *per capita* (em termos absolutos, cerca de 20 milhões de pessoas). Considerando os jovens pertencentes às famílias com menos de um salário mínimo *per capita*, a proporção passa para 67%, aproximadamente, 32 milhões de pessoas. Apenas cinco por cento dos jovens fazem parte de famílias com mais de cinco salários mínimos de renda *per capita* (Brito, 2007).

Desse modo, o momento demográfico favorável mostra-se pertinente, antes de tudo, às políticas públicas no que se refere à população jovem, mais pelo estoque da população a ser atendida do que pela redução do seu ritmo de crescimento. Para esse segmento, Wong e Carvalho (2006, p.18) propõem “[...] a implementação de uma política educacional que supere as deficiências do sistema, tais como a cobertura insatisfatória, altas taxas de repetência, evasão e baixa qualidade de ensino.” Coloca-se, ainda, a necessidade de políticas que garantam a universalização não só do ensino fundamental como, principalmente, do ensino médio e do profissionalizante. Note-se que o ensino médio assume importância fundamental na nova realidade econômica, em que requisitos para a inserção no mercado de trabalho se tornam cada vez mais rigorosos. A população alvo dessas políticas deve ser, principalmente, a dos jovens pobres, os quais representam a maioria na população de jovens, são aqueles que entrarão, em breve, na População Economicamente Ativa, como também serão os idosos do futuro. Ainda, nas palavras de Brito (2007, IV), “[...] caso não haja políticas que permitam a mobilidade social desses jovens, o Brasil estará reproduzindo a pobreza”. Enfim, o aproveitamento do dividendo demográfico para resolver ou reduzir problemas sociais só será possível se um planejamento adequado for aplicado no momento oportuno.

<sup>8</sup> Há, hoje, um amplo debate sobre o potencial de produtividade da PIA madura nos países desenvolvidos, com baixa fecundidade e alto envelhecimento.

Portanto, na atual transição da estrutura etária, a expansão de um sistema educacional com qualidade representa uma oportunidade ímpar na superação da desigualdade social brasileira. Assim, a janela de oportunidades poderá resultar em aumento da oferta de capital humano com qualidade, se investimentos apropriados forem realizados (Navaneetham apud Wong; Carvalho, 2006). A qualificação da futura força de trabalho torna-se componente imprescindível para um equilíbrio intergeracional, social e econômico.

Nesse cenário, não é possível pensar em políticas públicas para idosos, no médio e longo prazos, separadas das políticas para os jovens, pois, como afirma Brito (2008, p.13):

Será decisivo, para equacionar a questão dos idosos, uma rigorosa política de investimentos no curto prazo na população jovem pobre, com o objetivo não só de garantir sua sobrevivência hoje, como pobre, mas, principalmente, que crie condições para sua mobilidade social, possibilitando sua definitiva inclusão social no futuro.

Há, também, uma relação positiva entre a proporção de idosos e o nível de renda. Segundo Brito (2008), os segmentos com mais de dez salários mínimos de renda *per capita* familiar, em 2000, tinham 10% de idosos, enquanto os mais pobres possuíam apenas 2%. O mesmo autor afirma, ainda, que, na última década, houve diminuição da proporção dos idosos mais pobres, provavelmente causada pelas políticas de transferência de renda definidas pela Constituição de 1988 — aposentadoria rural e o benefício de prestação continuada (BPC).

Outra questão importante é a transição demográfica e a sua relação com a oferta de contribuintes e a demanda por benefícios da seguridade social. Do ponto de vista de um sistema de seguridade social, no caso brasileiro, o importante não é o tamanho da PIA, demograficamente favorável na equação da dependência, mas a população que está realmente participando no mercado de trabalho, sobretudo no mercado formal. Assim, pode-se dizer que, ao contrário dos países ricos, é a informalização do mercado de trabalho que tem tido um impacto negativo mais expressivo na equação previdenciária do que propriamente a dinâmica demográfica. Além disso, a baixa formalização comprometerá a possibilidade de aposentadoria para os idosos do futuro.

Assim, o Brasil enfrenta um desafio mais imediato: o de incluir na rede de proteção social grande parte dos trabalhadores que estão na informalidade. Como será a velhice das pessoas que estão construindo suas trajetórias de vida nestas últimas décadas, caracterizadas

pelo aumento da informalidade do mercado de trabalho e pela crise do emprego? Sem direito aos benefícios previdenciários associados ao trabalho, elas cairão na assistência social que, também, em breve futuro, com o crescente envelhecimento, poderá entrar em colapso.

Nesse aspecto, um dos pontos centrais de uma política de previdência social será o de estimular o aumento da cobertura da atual força de trabalho, levando em consideração não só a situação do emprego como a informalização generalizada muito presente no País<sup>9</sup>. Para isso, contudo, é necessário, um crescimento econômico com políticas que priorizem a geração de empregos formalizados, uma vez que a receita da previdência nacional está baseada na repartição simples dos contribuintes, a qual faz parte do contrato padrão da mão de obra.

Em suma, tendo em vista o novo padrão demográfico, é urgente a necessidade de redefinir novas prioridades nas políticas públicas, tanto a curto, médio e longo prazos, bem como na alocação de recursos para a garantia de ganhos sociais e econômicos mais elevados. Contudo, são muitos os desafios a serem enfrentados. O primeiro e mais evidente é o crescimento econômico e o conseqüente aumento do nível de emprego, que se tornam imprescindíveis no aproveitamento da crescente mão de obra oriunda da expansão da População em Idade Ativa.

### 3 O envelhecimento e a nova composição da força de trabalho

O processo de envelhecimento da população brasileira vem ocorrendo intensamente nos últimos anos em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — principalmente na redução dos

<sup>9</sup> Com tal objetivo, o Governo Federal vem estabelecendo medidas, geralmente direcionadas a determinados segmentos. Exemplo recente é a Lei Complementar nº 128/08, em vigor desde de 1º.07.09, referente à regularização de negócios hoje na informalidade, com receita bruta de até R\$ 36.000,00 por ano. Assim, os micro empreendedores individuais, através da formalização e inclusão social, passarão a contribuir com a seguridade social. Ainda com relação à informalização da mão de obra, outras formas de contribuições podem ser sugeridas, segundo Camarano e Kanzo (2007), tal como a contribuição sazonal, única ao longo do ano, para os trabalhadores sazonais, autônomos, domésticos sem carteira assinada, etc.

níveis de fecundidade associado à queda da mortalidade — que, além das variações no ritmo de crescimento total da população, determinam importantes transformações na sua estrutura etária<sup>10</sup>.

As alterações na distribuição da pirâmide etária se refletem no aumento da participação relativa da população idosa<sup>11</sup>, com 60 anos ou mais, e da população com 40 anos e mais, em relação aos demais grupos etários. Ocorre, conseqüentemente, uma diminuição dos grupos mais jovens e aumento absoluto da população adulta, particularmente da idosa. O aumento da esperança de vida ao nascer da população brasileira, segundo dados do IBGE para 2007, foi estimada em 72,6 anos. Quando considerada por sexo, a estimativa apresenta-se mais elevada para as mulheres (76,4 anos) do que para os homens (68,8 anos).

Essa nova conformação da pirâmide etária pode ser evidenciada na Região Metropolitana de Porto Alegre através dos dados da PED-RMPA (Gráficos 1 e 2), que revelam, para o período 1993-09, um expressivo crescimento dos segmentos mais maduros, com idade entre 40 e 59 anos (77,6%) e, em especial, aqueles com 60 anos e mais (121,7%), enquanto o número de indivíduos com menos de 10 anos apresentou redução de 18,4%.

Dessa forma, as pessoas com idade de 60 anos e mais, em 2009, correspondiam a 13,7% (541 mil pessoas) da População Total da Região<sup>12</sup> e a 15,6% da População em Idade Ativa da Região — população com 10 anos e mais de idade<sup>13</sup>. As pessoas do sexo feminino dessa

faixa etária representavam, no mesmo ano, 15,7% da população total feminina, enquanto os homens, com uma participação menor, representavam 11,6% da masculina. As mulheres, portanto, representam a maioria nesse segmento, isto é, cerca de 60,0% do total de idosos, fato que pode ser compreendido pela longevidade diferenciada que elas apresentam em relação aos homens.

Já, em 1993, as pessoas com 60 anos e mais correspondiam a 7,9% (244 mil pessoas) da População Total e a 9,7% da PIA. Dessa forma, com um incremento de 297 mil idosos, no período 1993-09, houve um crescimento de 121,7% nesse contingente, bastante significativo quando comparado com o crescimento da População Total, que foi de 27,6% no mesmo período, na Região. Até aqui, o envelhecimento deu-se mais pela base, ou seja, pela forte queda da fecundidade, que proporcionou uma redistribuição etária da população através da diminuição do contingente mais jovem e aumento daquele mais maduro e idoso.

A redistribuição da pirâmide etária evidenciada pelo envelhecimento da população metropolitana pode, por sua vez, afetar profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa<sup>14</sup>. É preciso considerar que os reflexos demográficos que incidem nessa população são afetados pelas variações conjunturais da economia. A entrada e saída de pessoas no mercado de trabalho, que vem expressa pela dinâmica de oferta e demanda de trabalho, depende de um conjunto de fatores sociais, culturais e econômicos que movem as pessoas, nas diferentes conjunturas, a participarem da atividade econômica. Assim, os dados da Pesquisa mostram que a PEA regional, no período 1993-09, apresentou uma significativa expansão dos segmentos mais maduros, com idade entre 40 e 59 anos (91,3%) e, sobretudo, com 60 anos e mais (129,7%), enquanto os indivíduos entre 10 e 17 anos apresentaram uma redução de 53,4% (Gráfico 3). Na comparação com a PEA total, cujo incremento foi de 41,2% no mesmo período, é significativo o elevado crescimento dos segmentos acima de 40 anos.

A taxa global de participação — estatística que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupadas

<sup>10</sup> Este processo, claramente visível a partir dos anos 90, opera-se de maneira muito mais veloz face ao que ocorreu nos países desenvolvidos, os quais tiveram um tempo maior em preparar-se com mecanismos institucionais na prevenção e no atendimento das demandas deste novo perfil da população, possibilitando, assim, níveis mais dignos de educação, saúde, trabalho e, principalmente, de previdência social para a população com mais idade.

<sup>11</sup> Por população idosa está se considerando, neste estudo, a população com 60 anos e mais, em conformidade com critério adotado pela ONU que, na Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o envelhecimento da população, através da Resolução 39/125 de 1982, estabeleceu a idade de 60 anos como o início da população idosa nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, e de 65 anos, nos desenvolvidos (Conselho Estadual do Idoso, 1997, p. 20).

<sup>12</sup> Essa estimativa já ultrapassa à da população menor de 10 anos que, em 2009, era de 482.000 pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre.

<sup>13</sup> Segundo dados do **Censo Demográfico-IBGE**, no Brasil, em 2000, os idosos com 60 anos e mais representavam cerca de 10,0% do total da população, enquanto, no Rio Grande do Sul, eles representavam 12,4%. Considerando-se apenas o município

de Porto Alegre, esse segmento representava cerca de 13,8% no mesmo ano. Destaca-se, ainda, ser Porto Alegre a segunda capital brasileira com maior percentual de pessoas nessa faixa etária, ficando atrás apenas da capital do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Consideram-se economicamente ativas todas as pessoas inseridas no mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas, seja na de desempregadas.

ou desempregadas — é um indicador que permite acompanhar a evolução da População Economicamente Ativa que, não necessariamente, traduz a mesma evolução da População em Idade Ativa e a da População Total. Assim, quando se considera a distribuição da pirâmide etária entre as duas populações, a Total e a Economicamente Ativa, mesmo que elas sinalizem movimentos semelhantes — elevação das faixas etárias com mais idade e diminuição das mais jovens —, observa-se, para a PEA, expressiva redução do segmento de indivíduos com idade entre 10 e 17 anos (-53,4%), enquanto, na População Total, ele apresentava estabilidade; apenas a parcela dos menores de 10 anos diminuiu 18,4%. Deve-se ter presente que, além do componente demográfico, existem outros fatores que estão influenciando a maior ou menor participação de determinados segmentos no mercado de trabalho. Cite-se, como exemplo, a acentuada redução do número de jovens trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, o que pode ser creditado ao combate ao trabalho infantil no País, como também ser tomado como um indicativo da importância da educação para a conquista de empregos melhores, levando a um adiamento de sua entrada no mercado de trabalho, privilegiando o término dos estudos. Tal situação pode estar sendo induzida, em boa parte, por alterações na própria demanda por trabalho, vinculada à reestruturação produtiva em curso, que está a exigir melhor qualificação da mão de obra. Sabe-se que o aumento da matrícula e da cobertura escolar, a partir dos anos 90, foi favorecido pela grande queda na razão de dependência, o que muito contribuiu para a melhoria dos níveis educacionais da população brasileira. Falta, contudo, melhorar a qualidade tanto do ensino básico quanto do ensino médio e profissional.

Finalmente, se as mudanças populacionais, com a redução da proporção de crianças de zero a nove anos na População Total, caminham no sentido de diminuir a razão de dependência — relação entre a população dependente e a população potencialmente trabalhadora, isto é, a PIA —, a dinâmica demográfica do envelhecimento da população promete, em futuro próximo, aumentar significativamente o número de dependentes por trabalhador. Esse será, sem dúvida, um dos principais problemas para a seguridade social brasileira que, com o crescente número de idosos, elevará significativamente a população beneficiária, diminuindo a de contribuintes<sup>15</sup>. Contudo, a maior preocupação reside,

ainda, no problema da elevada informalidade no mercado de trabalho brasileiro, uma vez que a receita da previdência nacional está baseada na estrutura tradicional da ocupação e do contrato padrão da mão de obra.

---

principais argumentos na defesa da Reforma Previdenciária realizada em 1998. Nessa reforma, “[...] foram propostos, para os segurados do INSS, dois critérios para a obtenção de aposentadoria: a idade mínima de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens; e o tempo mínimo de contribuição de 30 anos para as mulheres e de 35 anos para os homens. Como a idade mínima não foi aprovada, devido à forte resistência das centrais sindicais, o fator previdenciário (no qual são considerados a idade, a expectativa de sobrevivência e o tempo de contribuição) foi a alternativa encontrada para compensá-la, mantendo o mesmo objetivo: evitar a aposentadoria em idade precoce” (Pacheco Filho, 2006, p. 4). Essa questão, todavia, permanece controversa, pois existem, atualmente, várias pressões para terminar com o fator previdenciário, principalmente por parte das centrais sindicais.

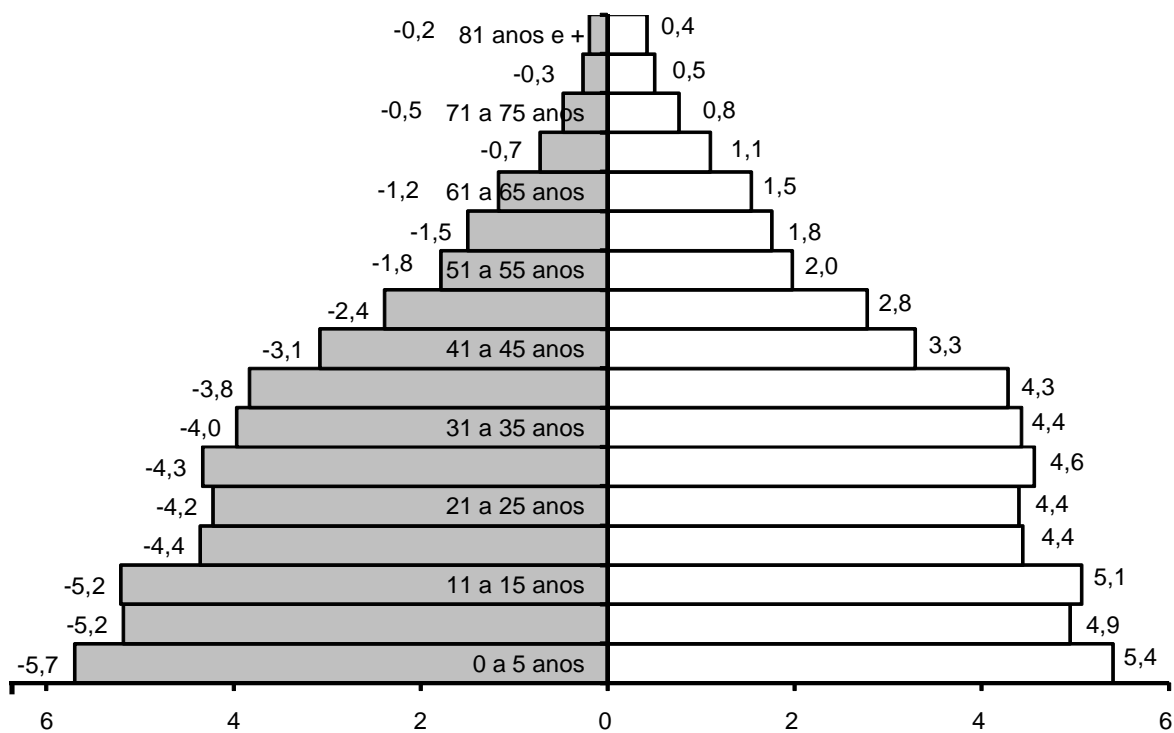
---

<sup>15</sup> A nova realidade demográfica brasileira, com destaque para a velocidade com que o País está envelhecendo, foi um dos



Gráfico 1

Pirâmide etária dos moradores da RMPA — 1993



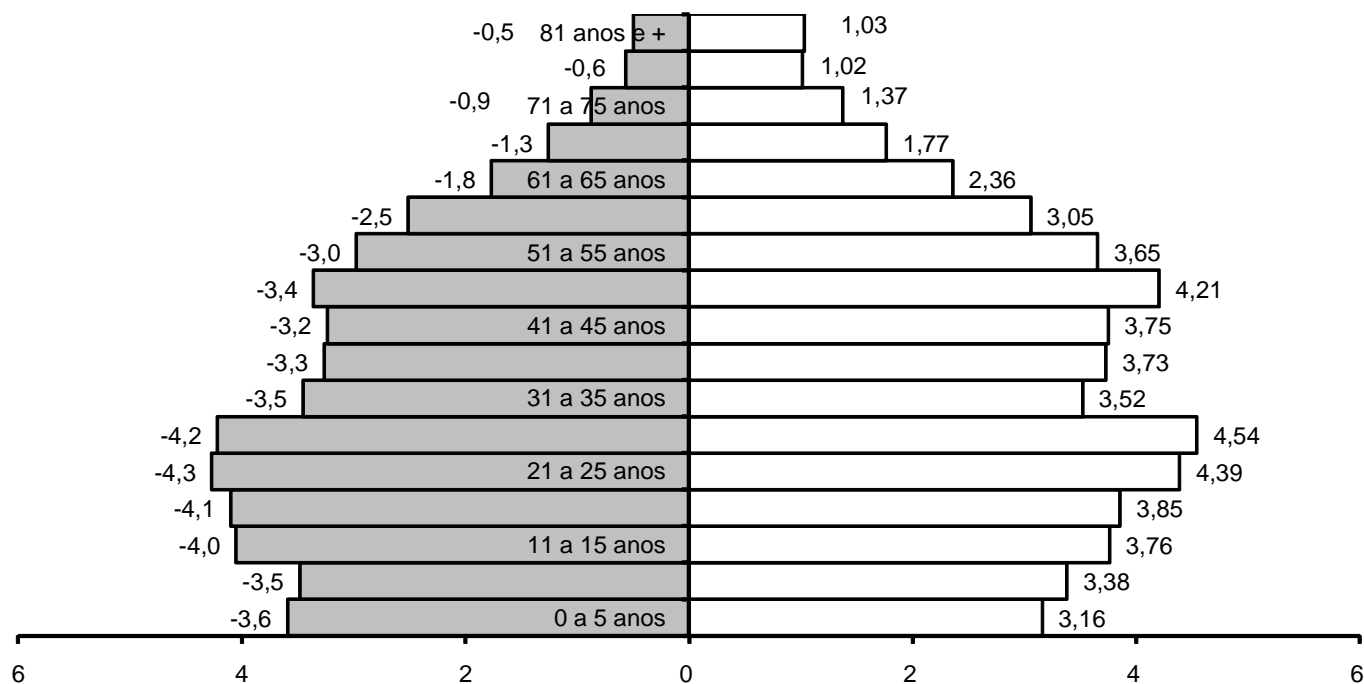
Legenda: ■ Homens □ Mulheres

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Os dados têm como base o total de moradores.

Gráfico 2

Pirâmide etária dos moradores da RMPA — 2009



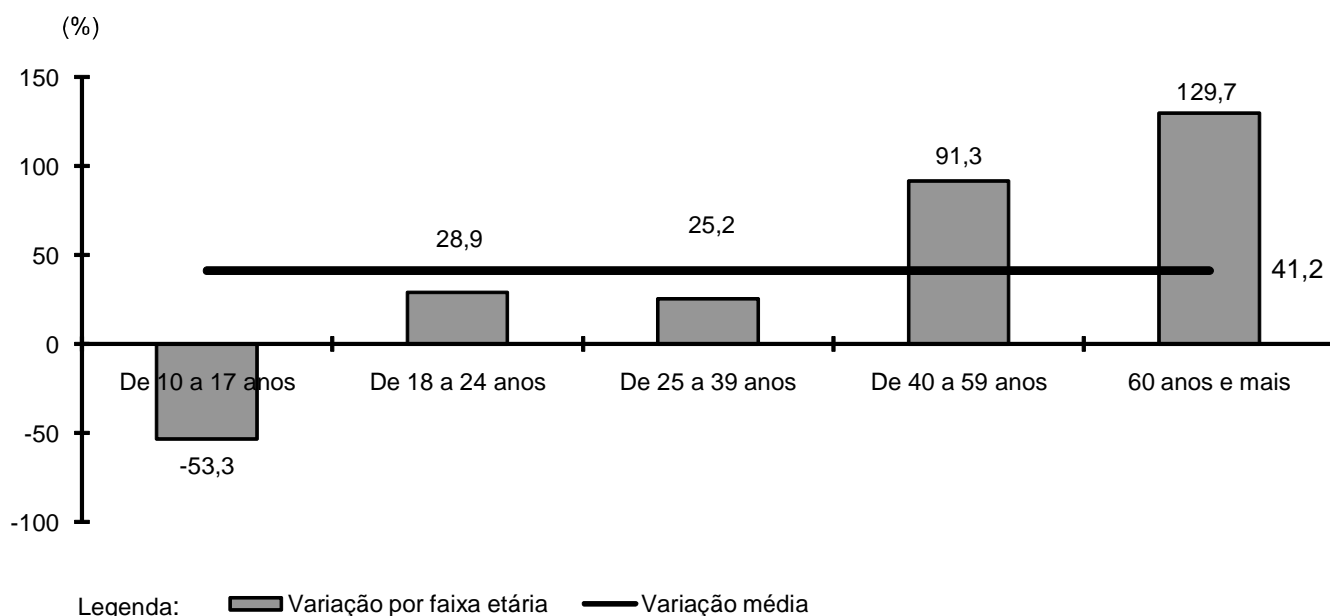
Legenda: ■ Homens □ Mulheres

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Os dados têm como base o total de moradores.

Gráfico 3

Variação percentual da PEA, por faixa etária, na RMPA — 1993-09



Legenda:  Variação por faixa etária  Variação média

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

## 4 A predominância de trabalhadores mais maduros e sua importância no mercado de trabalho

Os dados da PED-RMPA mostram que, em 2009, os adultos com 40 anos ou mais compunham 46,5% da População em Idade Ativa (indivíduos maiores de 10 anos de idade), estando 12,7% acima da parcela registrada em 1993 (Gráfico 4). Considerando-se a estimativa da população nessa faixa etária, tal evolução representa um incremento de 90,8% (768 mil pessoas), totalizando 1.614 mil indivíduos em 2009. Tal resultado denota a intensidade do envelhecimento populacional ocorrido na Região. Destaca-se que, em 1993, a população jovem, de 10 a 24 anos, era proporcionalmente considerada a maior da PIA, ficando a população mais madura logo abaixo da jovem. No entanto, a partir de 1995, os indivíduos com 40 anos ou mais passam a representar o maior número entre

as pessoas em idade ativa. Estes dados mostram a evolução da transição demográfica na Região, os quais acompanham o crescimento da PIA, cujo incremento foi de 38,6% no período 1993-2009.

Essa redistribuição da pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população metropolitana, repercute, por sua vez, na composição etária da PEA regional, a qual se alterou, significativamente, no período 1993-09: o segmento adulto com idade de 40 ou mais cresceu 94,7%, enquanto os segmentos de indivíduos mais jovens apresentaram redução (Gráfico 5). Na comparação com a PEA total, cujo incremento foi de 41,2% no mesmo período, é significativo o elevado crescimento desse segmento mais maduro. Outro indicador relevante para demonstrar o envelhecimento da PEA metropolitana é a idade média dessa população, que passou de 33,5 anos, em 1993, para 37 anos, em 2009<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Em termos comparativos, note-se que a idade média do trabalhador na Europa, em 2000, já era de 40 anos (Parecer do Comitê Econômico e Social sobre os trabalhadores idosos, Bruxelas, 2000).

A participação do contingente adulto com idade de 40 anos ou mais no total da População Economicamente Ativa, em 2009, alcançou 41,5%,<sup>17</sup> representando um incremento de 11,4% em relação a 1993, quando sua participação na PEA era de apenas 30,1%. Com isso, esse segmento, a partir do ano de 2003, passou a representar o grupo majoritário na PEA, ultrapassando a proporção observada entre os indivíduos adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos (43,0% do total da PEA, em 1993, e 38,2%, em 2009), os quais, tradicionalmente, detinham a maior parcela na PEA. No Gráfico 5, pode-se verificar que tanto os jovens, de 10 a 24 anos, quanto os adultos jovens, de 25 a 39 anos, diminuíram sua participação na PEA no período 1993-09, enquanto os adultos maduros com 40 anos ou mais foram os únicos a aumentar sua participação no mercado de trabalho nesse período. Por outro lado, verifica-se que, em 1993, a participação na PEA das faixas etárias extremas (a mais jovem e a mais madura) encontrava-se relativamente próxima, distanciando-se no decorrer do período. Tais alterações na estrutura etária da PEA denotam que os trabalhadores, em média, se encontram com idade mais elevada.

Considerando-se apenas a faixa etária dos adultos com 40 anos ou mais, observa-se que 51,9% deles participavam no mercado de trabalho em 2009 — 48,7% estavam na condição de ocupados e 3,2% na de desempregados —, apresentando, portanto, uma taxa de participação um pouco superior à registrada em 1993 (50,8%). Os 48,1% restantes encontravam-se na inatividade. Constata-se, pois, que o expressivo incremento do contingente maduro na PEA entre 1993 e 2009 se deveu muito mais ao envelhecimento da população do que propriamente ao aumento da participação desse contingente no mercado de trabalho, uma vez que a taxa de participação desse grupo apresentou um crescimento pouco expressivo no período.

Entre as políticas consideradas ativas na área do trabalho, pode-se destacar a qualificação profissional dos trabalhadores<sup>18</sup>. A educação de qualidade, seja ela básica

ou profissionalizante<sup>19</sup>, contribui fortemente para o acesso a melhores postos de trabalho, cooperando para o aumento da produtividade e competitividade, bem como para um melhor desempenho da economia como um todo. A adoção de políticas em educação do ensino básico e médio com qualidade deve ser voltada para a população jovem, principalmente entre a população jovem mais pobre, tendo em vista que os jovens de hoje serão os trabalhadores maduros de amanhã. Contudo, deve-se definir, em curto prazo, políticas de educação, qualificação e requalificação profissional para os trabalhadores maduros, na perspectiva de uma aprendizagem permanente e continuada ao longo da vida<sup>20</sup>, dada a importância desse grupo no mercado de trabalho e por apresentar os mais baixos níveis de escolaridade. Registre-se, a respeito, que o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no Brasil, mesmo com os avanços mais recentes, não tem contemplado, entre os grupos prioritários, o segmento da população mais madura, o que se torna ainda mais premente dado que a reestruturação produtiva e organizacional tem demandado do trabalhador uma maior qualificação, exigindo como pré-requisito um nível de escolaridade mais elevado.

De fato, tomando-se o perfil dos ocupados segundo a escolaridade, observa-se que, em 2009, os adultos com 40 anos ou mais apresentavam a maior proporção dos ocupados sem instrução ou com nível de até, no máximo, ensino fundamental incompleto (33,3%) — Tabela 1. Nota-se, ainda, que 13,5% destes indivíduos têm apenas as primeiras quatro séries desse grau de escolaridade. A maior incidência de pessoas que concluíram ao menos

<sup>17</sup> Note-se a maior concentração do contingente adulto de 40 a 59 anos, o qual atingiu, em 2009, uma participação de cerca de 37,0% da PEA, contra 27,5% em 1993. A diferença restante pertence ao segmento de maior de 60 anos.

<sup>18</sup> Com relação à intermediação da mão de obra, segundo a PED-RMPA, observou-se que, entre os trabalhadores que procuraram trabalho através do SINE, nos últimos 30 dias, o contingente maior de 40 anos é o que apresentou o menor percentual (cerca de 22,0% em 2007).

<sup>19</sup> Pode-se dizer que a questão da educação profissional no Brasil vem sendo contemplada, principalmente, pelas escolas profissionalizantes privadas, além da rede de escolas técnicas federais e estaduais, e pelo chamado Sistema "S", — SENAI/SESI (indústria), SENAC/SESC (comércio e serviços, exceto bancos), SENAR (agricultura), SENAT/SEST (transportes sobre pneus) e SEBRAE (todos os setores para atendimento a micro e pequenas empresas).

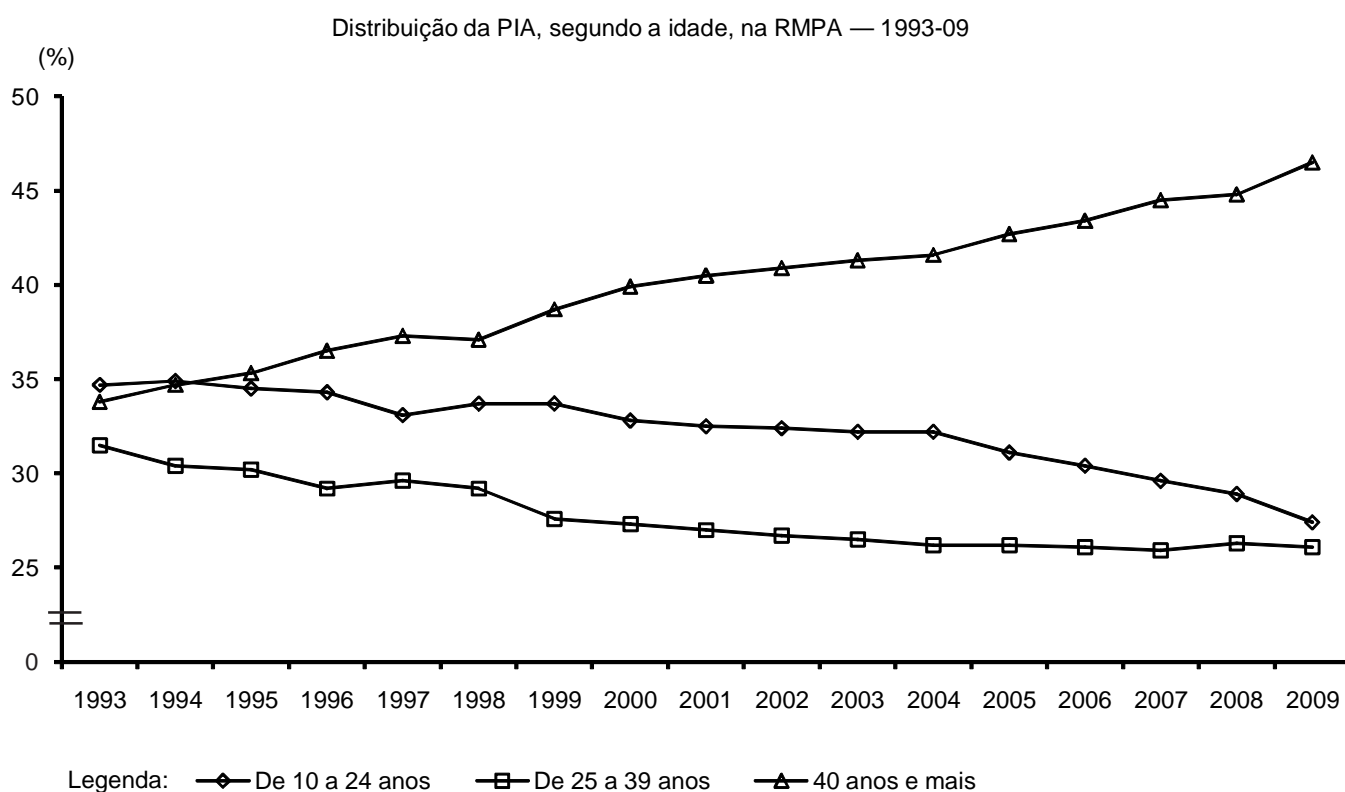
<sup>20</sup> O conceito de educação permanente remete fundamentalmente à ideia de desenvolvimento profissional, enquanto a educação continuada vem sendo concebida atualmente como a formação para a vida e o desenvolvimento humano em sentido mais amplo e, nos últimos anos, vem ganhando especial relevância, tendo em vista as recentes transformações no mundo do trabalho e no conjunto da sociedade. Assim, entende-se por aprendizagem continuada ao longo da vida qualquer atividade significativa para melhorar as aptidões, os conhecimentos e as competências. Por isso, estas atividades devem ser pensadas ao longo de toda a vida, porquanto é precisamente nos trabalhadores mais velhos que a perda de capacidades e a falta de atualização têm efeitos mais dramáticos e negativos (Haddad, 2007).



ensino fundamental completo ficou por conta dos trabalhadores mais jovens, de 10 a 24 anos de idade (88,2%). Já, na comparação com 1993, havia apenas 48,8% desses jovens que ao menos haviam concluído esse mesmo nível de ensino. Tal evolução pode ser tomada como um indicativo da importância da educação para os jovens na conquista de um posto de trabalho, o que pode estar sendo induzido, em boa parte, por alterações na própria demanda por trabalho, vinculadas à reestruturação produtiva em curso, que está a exigir melhor qualificação da mão de obra. Somando-se todos aqueles que concluíram ao menos o ensino médio completo, o maior percentual, em 2009, aparece entre os ocupados com idade de 25 a 39 anos (65,5%), e a maior parcela relativa dos que concluíram o ensino superior completo ficou entre os trabalhadores adultos com 40 anos e mais (18,5%), provavelmente devido ao fator idade.

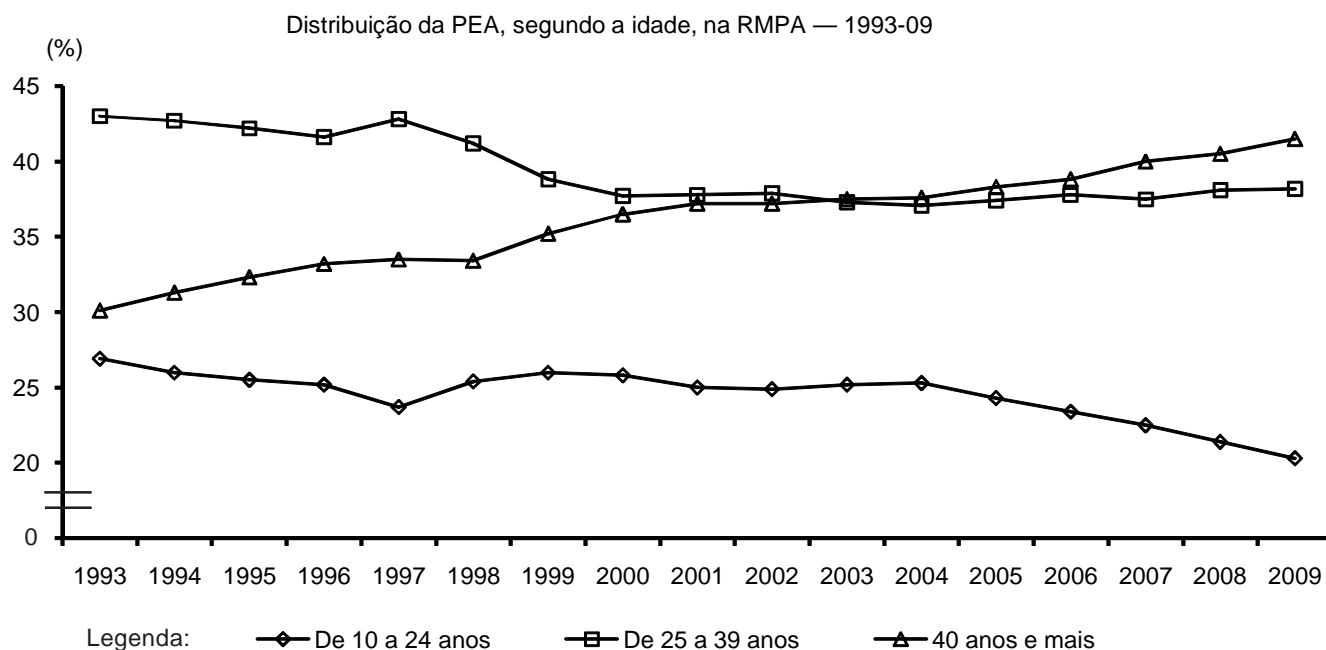
Enfim, os dados aqui apresentados demonstram que o envelhecimento da população brasileira já é um fato dado e em franca expansão. O processo da evolução demográfica seguirá sua trajetória avançando mais nas mudanças da composição da força de trabalho, no sentido do amadurecimento e do envelhecimento do trabalhador. A preocupação fundamenta-se na dimensão desse processo e nos rumos a serem seguidos nos próximos anos, que vão depender da definição de políticas que possam garantir não só o crescimento econômico necessário frente às pressões demográficas, seja no mercado de trabalho, na saúde e na previdência social, como também melhorar a distribuição de renda entre os trabalhadores através de uma educação de qualidade e, conseqüentemente, de uma mão de obra qualificada.

Gráfico 4



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 5



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 1

Distribuição percentual dos ocupados, por escolaridade, faixa etária e sexo, na RMPA — 2009

DISCRIMINAÇÃO	FAIXAS ETÁRIAS								
	De 10 a 24 Anos			De 25 a 39 Anos			De 40 anos e Mais		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	1,1
Até a 4ª série do ensino funda- mental .....	(1)-	(1)-	(1)-	3,9	5,6	4,8	13,2	13,7	13,5
Da 5ª a 7ª série do ensino fun- damental .....	5,8	13,8	10,3	11,2	13,2	12,3	17,7	19,4	18,7
Ensino fundamental completo .....	11,0	16,4	14,1	9,5	14,0	11,9	13,0	14,2	13,7
Ensino médio incompleto .....	15,4	18,0	16,9	4,6	5,8	5,3	3,5	3,3	3,4
Ensino médio completo .....	44,2	35,8	39,5	36,7	36,0	36,3	25,2	26,2	25,7
Ensino superior incompleto .....	18,9	12,2	15,2	11,7	11,2	11,4	5,0	5,8	5,4
Ensino superior completo .....	(1)-	(1)-	2,5	22,3	13,9	17,8	21,1	16,5	18,5

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

## 5 Considerações finais

As condições demográficas favoráveis, manifestas no chamado “bônus demográfico”, indicando o aumento da População em Idade Ativa e, conseqüentemente, daquela que constitui a força de trabalho, devem, no Brasil, ser seriamente levadas em conta na definição das políticas públicas. Assim, tendo em vista o novo padrão demográfico, faz-se necessária uma redefinição de prioridades na alocação de recursos, para garantir, a médio e longo prazos, ganhos sociais e econômicos mais elevados, como, por exemplo, a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Contudo, a viabilidade dessas políticas só se dará dentro de um contexto de crescimento da economia, pois, em caso contrário, o aumento da PIA com relação à população total não terá o retorno econômico e social desejado. Ainda, deve-se levar em consideração que este é o momento de se conscientizar e de se preparar para o enfrentamento, em futuro próximo, de um processo de envelhecimento acentuado da população, o qual demandará recursos massivos, seja pelo lado da previdência social, seja pelo fato de que é nas idades mais avançadas que a saúde se torna mais onerosa.

A par das alterações na esfera demográfica, é importante considerar a mudança de rumos da atividade econômica, sustentada por uma modernização produtiva através de tecnologias e técnicas organizacionais inovadoras, que demandam do trabalhador uma nova postura que exige tanto a aquisição de novos conhecimentos quanto a existência de habilidades que são essenciais na integração ao processo produtivo. Neste novo contexto, a qualificação passa a ser palavra de ordem no mercado de trabalho, exigindo como pré-requisito um nível de escolaridade mais elevado. Esse modelo atinge indiscriminadamente todos os trabalhadores, ficando, no entanto, mais difícil a adaptação às novas mudanças por parte dos indivíduos com mais idade, inseridos, ao longo da vida profissional, em um modelo distinto de organização do trabalho, que não requeria essa maior qualificação. Por outro lado, eles terão que competir com os trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho, os quais já adquiriram uma formação mais voltada à nova realidade e às novas tecnologias.

Nesse contexto, a capacitação da força de trabalho torna-se um requisito essencial na conquista do equilíbrio social, econômico e intergeracional. As qualificações intelectual, técnica e profissional, através da educação do nível básico e médio de qualidade, devem constituir prioridade das políticas definidas à população jovem, uma

vez que os jovens de hoje serão aqueles que terão que sustentar, no futuro, o contingente de idosos. Por sua vez, a (re)qualificação profissional e a valorização do indivíduo no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem constituir prioridade das políticas voltadas à força de trabalho madura, com o objetivo de obter melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social.

## Referências

BRITO, Fausto et al. A transição demográfica e as políticas públicas no Brasil: crescimento demográfico, transição da estrutura etária e migrações internacionais. **Sumário Executivo**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/>>.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **ABEP**, São Paulo, v. 25, n. 1, jan./jun. 2008.

CAMARANO, A. A.; KANZO, S. **Dinâmica da população brasileira e implicações para a previdência social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/sites/000/2/Livros/previdencianobrasil/](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/Livros/previdencianobrasil/)>.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. Rio de Janeiro, IPEA, 2005. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idosoalem60/](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idosoalem60/)>.

CAMARANO, Ana Amélia et al. A oferta de força de trabalho: tendências e perspectivas. In: TAFNER, Paulo (Ed.). **Brasil: o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Brasília: IPEA, 2006. p. 69-118.

CAMARANO, Ana Amélia. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. In: REGIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3., Recife, 2000. [**Anais...**]. [S. l.]: ABET, [2000?].

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. **Os idosos do Rio Grande do Sul**. [S. l.]: Conselho Estadual do Idoso, 1997. (Relatório de Pesquisa).

HADDAD, Sérgio. A educação continuada e as políticas no Brasil. **REVEJ@ — Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, p. 1-113, ago. 2007.

IBGE. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.br/home/presidencia/noticias/>>.

KRELING, N. H. A inserção do adulto maior de 40 anos no mercado de trabalho: ocupação e desemprego na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 31, n. 4, p. 181-201, 2004.

KRELING, N. H. Envelhecimento, trabalho e renda: uma análise na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 67-75, 2008.

KRELING, N. H. et al. O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um sumário de suas principais tendências desde a implementação do Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, FEE, v. 32, n. 2, p. 273-293, 2004.

KRELING, N. H. Gênero e trabalho na terceira idade. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, v. 1, p. 97-104, 2001.

KRELING, N. H. Maior participação da mulher madura no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 5, p. 121-132, 2005.

KRELING, N. H. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, PMPA, 2002. p. 97-120.

KRELING, N. H. Trabalhadores mais maduros predominam na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): formas de inserção na ocupação e desemprego. In: BASTOS, R. A. et al. **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, PMPA, 2007. p. 193-228.

PACHECO FILHO, Calino. Fator Previdenciário: redutor da aposentadoria. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre: FEE, Porto Alegre, ano 15, n. 5, 2006.

PAIVA, P. de T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, jul./dez. 2005.

PARECER ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao

Comitê das Regiões. **Jornal Oficial da União Europeia**. União Europeia, 2005.

PARECER do Comitê Econômico e Social sobre os trabalhadores idosos. Bruxelas, 2000. Disponível em: <<http://www.CES1185/2000FR-IV/LO/dm/fv>>.

RAMOS, C. A. **Notas sobre Políticas de Emprego**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão n. 471).

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População** — São Paulo, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005.

VASCONCELOS, Lia. Demografia retrato do futuro. In: DESAFIOS do desenvolvimento. Brasília: IPEA, p. 31-35, set. 2006.

WONG, Laura L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. ABEP, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.